

As TVs educativas e as escolas em Minas Gerais: um estudo inicial sobre as relações institucionais¹

Cláudio Márcio MAGALHÃES²

Izabella Fonseca COSTA³

Luiz Cláudio França Santos MAGALHÃES⁴
Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, MG

Resumo

As TVs educativas brasileiras (TVE) estão próximas a completarem meio século de existência. No entanto, sua história tem muito de televisão e pouco de educativa. Este relato é a primeira parte de uma ampla pesquisa que se propõe a investigar se há prioridade pela educação por essas emissoras, por uma única variável: a interação com a escolas onde seu sinal alcança. Para isso, foi feito um levantamento das TVE em atuação em Minas Gerais, que concentra o maior número de emissoras desta categoria no Brasil, e feita uma investigação utilizando-se de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação exploratória e questionários semiestruturados. Ao final, percebe-se que as ditas emissoras educativas têm sua própria noção de educação e que as escolas, na esmagadora maioria das vezes e na melhor das hipóteses, não passam de uma pauta jornalística.

Palavras-chave: TV educativa; educação; comunicação; escolas; local.

Introdução

Em 2017, a TV educativa brasileira fará 50 anos. A TVE, essa desconhecida! Se pudéssemos fazer uma escala especulativa de como essas emissoras se caracterizam no imaginário do telespectador nacional, pode-se arriscar que, na melhor pontuação, trata-se daquela emissora que passa programas culturais e educativas. Numa pontuação mediada, são TVs do governo e, na pior das hipóteses, é onde tem os programas ‘chatos’. No entanto, há uma espécie de unanimidade quando se trata da impressão de ter sempre baixa audiência.

Esse trabalho não se propõe a demonstrar dados científicos para comprovar as impressões acima. Abrindo exceção as opiniões de cientistas que se voltam para esse segmento, como Leite (1998, p. 61) que não tem dúvidas que muitos programas educativos são realmente chatos, herdeiros da noção de teleaula dos primórdios da TVE, onde “bastava

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Doutor em Educação, Mestre em Comunicação Social, Professor/Orientado no Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local e do Instituto de Comunicação e Artes do Centro Universitário UNA.

³ Graduanda em Jornalismo Multimídia do Centro Universitário UNA e estudante em Iniciação Científica como bolsista FAPEMIG

⁴ Graduando em Sistema de Informação do Centro Universitário UNA e estudante em Iniciação Científica como voluntário

o aluno prestar atenção ao que estava sendo dito pelo professor, mesmo que fosse através da TV”.

Natural também é a impressão de se ligar o Estado às TVE, e as TVE a essa educação ‘chata’, uma vez que se originam como instrumentos, para os governos de então, de apoio e/ou substituição da custosa educação formal. De acordo com Leal Filho (1988, p.26), havia

um plano mais geral para a educação implantado no Brasil na passagem da década de 60 para a década de 70. Nele constata-se a significativa redução dos recursos públicos aplicados na educação formal e um elevado incremento nas dotações para a implantação de uma sofisticada rede de telecomunicações que, em grande parte, seria utilizada para a educação. Trata-se do abandono da escola em favor dos cursos através do rádio e da televisão.

Para ampliar ainda mais os laços de dependência com o Estado, as TVE eram proibidas de veicularem comerciais, dependendo unicamente de orçamentos públicos, para não concorrerem com as emissoras capitalistas.

Já as qualidades “culturais” são fartamente encontradas nas obras daqueles que se envolveram diretamente com a ‘causa’ (LIMA, 2008; MILANEZ, 2007; CARMONA, 2003) e em milhares de resenhas em cadernos de cultura no jornalismo, o que faz da TVE geralmente um sucesso de crítica e um fracasso de público. Rodrigues (2015) fez do mantra sussurrado a boca pequena o subtítulo do seu livro sobre a TV Cultura de São Paulo: “a emissora mais festejada e menos assistida do Brasil”.

À propósito, essa concepção elitista é uma das seis que Valente (2009, p.26) aponta como sintetizadoras das expressões do termo “mídia pública” onde a TVE está inclusa. As demais são a concepção educativa, um aparelho do Estado, uma alternativa à mídia comercial, culturalista e pública não-estatal. No entanto, considere-se, neste trabalho, que as três últimas estão mais associadas as mudanças recentes no espectro de televisão, com a entrada da variedade das TVs pagas, e/ou uma certa utopia a ser alcançada, a que a TV pública é uma espécie de contraposição à TV comercial. No entanto, embora sejam características modernas, ainda permanecem distantes do imaginário da grande maioria dos telespectadores, e prevalecem os três primeiros conceitos: a TVE é elitista, é um projeto estatal e é educativa.

Sobre essa terceira concepção é que se trata a presente pesquisa.

Da barganha ao digital

A Universidade de Santa Maria (RS) já produzia programas educativos em 1958, visando a implantação de uma TV Educativa, e que teve seus programas veiculados em circuito interno e em grades de emissoras comerciais gaúchas (CAPARELLI, 1982; MILANEZ, 2007). Mas será a TV Universitária de Pernambuco é a primeira a entrar em operação regular, em 1967. Sua implantação abre a série de TVs educativas de instituições federais, provenientes de um programa do então governo militar para a educação a distância.

Estar ligada às universidades não garantiria o aspecto acadêmico. As reitorias se envolvem precariamente com as emissoras, e as emissoras acabam se tornando um sistema marginal às redes de TV comerciais e ligadas a um projeto fracassado do governo federal de verticalização da educação. Tornam-se afiliadas de uma rede estatal, como a TVE do Governo Federal e TV Cultura, do Estado de São Paulo, com limitada produção local. Com a entrada do governo civil, essas emissoras, que dispensam pagamento por suas outorgas, as TVE viram objeto de negociações políticas e viram moeda de barganha, sendo oferecidas a políticos amigos. Algumas fundações ligadas a instituições de ensino são contempladas, mas isso acontece mais pelos contatos políticos de seus dirigentes do que por uma política pública.

Com o rápido advento da TV Digital, onde novos canais vão ser abertos, as emissoras de televisão do campo público (que visam o interesse público e não o comercial) ganham um aspecto antes impossível devido a limitação do espectro de frequências: poderão se multiplicar.

As então escassas emissoras públicas, como as educativas, universitárias, comunitárias e legislativas estão, hoje, confinadas aos poucos canais de sinal aberto e nas TVs a cabo. Com a TV Digital, e o debate que se trava em torno dela, as possibilidades da ampliação desse campo são concretas, tanto pela expansão dos canais como pela multiprogramação possível em cada um deles.

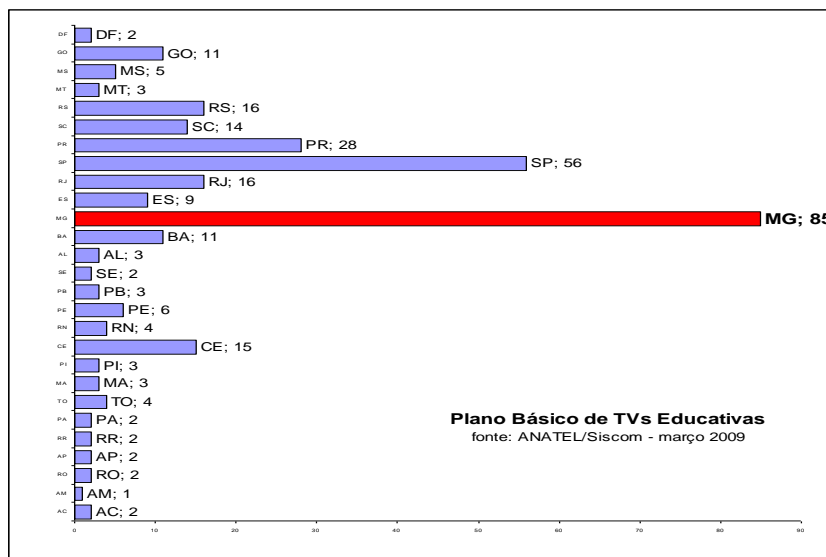
Vítimas de uma marginalização técnica e política, as televisões educativas têm poucos estudos em torno de si. Como uma imagem estatizante e de pouca atratividade, as TVE encontram poucos espaços de debate para tentar mudar esse estigma. Com os resultados dessa pesquisa, pode-se partir de dados concretos para demonstrar o seu papel social das assim como apontar direções para o seu aperfeiçoamento.

Minas Gerais como campo de estudo

No momento que se discute o porquê dar espaços para emissoras públicas da TV Digital, o exemplo de Minas, maior detentora de outorgas desse segmento no país, pode ilustrar e incentivar o debate.

Conforme a ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, existiam 310 televisões educativas distribuídas pelo país em 2009. Mas essa não é uma distribuição equilibrada. E é um desequilíbrio que vai além do conhecido entre a região sudeste e as demais regiões do Brasil. Minas Gerais, sozinha, detinha 85 emissoras, ou seja, 27% de todas as emissoras educativas brasileiras. O número de TVE mineiras superava em 34% o estado de São Paulo, o segundo colocado, com 54 emissoras. Só Minas Gerais tem mais emissoras que toda a região sul e centro-oeste. E, com mais uma, teria o mesmo número de TVs das regiões norte, nordeste e centro-oeste, somadas. Além de representar mais de 50% da região sudeste⁵ (Gráfico 1).

Gráfico 1: Plano Básico de TVs Educativas



Fonte: ANATEL, SISCOM – Serviços Comunicação de Massa/Consulta Planos Básicos de Radiodifusão: Plano Básico TV/RTV/TVA/TVD <http://sistemas.anatel.gov.br/siscom/ConsPlanoBasico/ListaArquivo.asp?SISQsmodulo=14611> (acesso em 14 de março de 2009).

Portanto, Minas Gerais é privilegiada quanto a esse parco recurso de comunicação voltada exclusivamente para a educação, ainda mais quando se sabe que as TVs educativas representam apenas 2% das TVs e RTVs previstas no Plano Nacional de Frequências. Sendo assim, Minas Gerais oferece o melhor ambiente para se estudar o que essas

⁵ Não estão incluídas as RTVs, retransmissoras dos sinais das TVs e o Plano de Reserva TV/RTV, que prevê a entrada de novas emissoras. Nesse plano, Minas Gerais igualmente lidera o *ranking*, com mais 86 outorgas na fila, 20% do total em todo o Brasil. Os dados devem ser atualizados, dado as previsíveis mudanças na distribuição do sinal digital.

emissoras têm realizado com as primeiras e principais instituições com o mesmo objetivo comum, a educação.

Propósito da pesquisa

Afinal, e as TVE têm sido educativas? Não só do ponto de vista dos seus mantenedores, mas principalmente dos profissionais da educação dos municípios atingidos por seu sinal: diretores de escolas, orientadores e coordenadores pedagógicos, professores e estudantes.

Certamente, há um grande espectro multidimensional para considerarmos se a TV tem desempenhado um papel educativo. Essa pesquisa, especificamente quer entender pelo aspecto relacional entre a escola e a emissora, em especial no levantamento dos projetos desenvolvidos em comum. Tal atividade já comprovaria uma atuação pedagógica e didáticas das emissoras em seu ambiente social. Por outro lado, nos lugares onde não acontecem essa interação, tentar entender o porquê as emissoras se mantêm distantes das escolas.

É importante lembrar que não somente a atuação de uma emissora junta às escolas a faz “educativa”. O que se pretende aqui é estabelecer contextos e propostas para que, também, as TVE possam trabalhar junto com as escolas, se não já as fazem. Nesse sentido, entendendo e divulgando os projetos de sucesso serviria de incentivo para aquelas que ainda precisam, não só de exemplos, mas também de boas ideias.

A outra parte da resposta será obtida através do levantamento das diversas visões da escola, de seus diversos atores, sobre a TVE de sua cidade. Afinal, para esses atores, a emissora é educativa? O que a faz assim e o que falta? E, principalmente, como poderão, escola e TV, construir uma interação onde a melhoria da educação e a construção da cidadania aconteçam em conjunto nas salas de aula e na telinha da televisão. No entanto, refere-se a um outro momento da pesquisa, e seus resultados ainda não serão tratados neste documento, haja vista que a investigação se encontra em andamento.

Assim, o objetivo geral e final da pesquisa é investigar a programação e produção local das televisões educativas (TVE) mineiras e sua relação com as escolas públicas onde o seu sinal alcança.

Como objetivos específicos, é necessária uma lista de tarefas a serem cumpridas para se alcançar o objetivo proposto:

1. Mapear as televisões educativas mineiras e suas características institucionais e de programação;

2. Mapear as escolas públicas existentes nas cidades onde há uma concessão de televisão educativa;
3. Mapear os projetos existentes realizados entre as TVE e as escolas;
4. Mapear o universo de cidades onde as TVE não têm projetos em conjunto com as escolas;
5. Mapear atividades curriculares e extracurriculares realizadas pelas escolas tendo a programação de televisão, educativa ou não, como objeto;
6. Levantar e sistematizar propostas, do ponto de vista do corpo acadêmico das escolas (direção, orientadores, coordenadores, professores e alunos) para construção de projetos de interação com as TVE.

No momento da finalização deste artigo, o item um já havia sido concluído, os itens 3 e 4 estavam avançados, mas ainda em andamento, e o item 5 havia sido feito uma visita exploratória como teste à duas emissoras. Já os itens dois e cinco estão previstos para a segunda etapa da pesquisa, quando as escolas passarão a ser ouvidas.

Metodologias

A proposta da pesquisa prevê o uso de uma série de instrumentos metodológicos, cada um com um objetivo específico, visando, ao final, o encontro dos resultados para uma sistematização geral.

1. Levantamento documental sobre concessões e outorgas de TVs educativas em Minas, assim como contatos com suas instituições mantenedoras (já realizado);
2. Levantamento documental das escolas públicas existentes nas cidades atingidas pelos sinais das emissoras educativas, assim como os contatos com sua direção e secretarias estadual e municipais (parcialmente realizado);
3. Aplicação de questionários semiestruturados, via telefone, com diretores e programadores das TVE (já realizado, mas haverá uma segunda rodada para aqueles que não retornaram as ligações iniciais);
4. Aplicação de questionários semiestruturados, via telefone, com secretarias municipais, diretores, orientadores, coordenadores e professores de escolas públicas dos municípios cobertos pelo sinal das TVE;
5. Visitas técnicas a projetos implantados entre TVE e escolas (feito o pré-teste).

As TVE: caixa preta

A partir deste momento, traça-se os resultados iniciais desta pesquisa.

O primeiro esforço foi na construção de uma lista de emissoras educativas em Minas Gerais o mais próximo possível da realidade. A busca, então, foi na Anatel e na Amirt (Associação Mineira de Rádio e Televisão). Era preciso que houvesse uma pesquisa em ambas as instituições, pois nenhuma delas era capaz de passar, com fidedignidade, a certeza que abarcaria todas as TVE do estado.

A Anatel só fornece um código do tipo de TV, mas na dimensão técnica enquanto emissora (se é geradora, retransmissora, analógica, digital). Foi necessário pesquisar cada uma, desvendando a cidade e a razão social da emissora. Como a razão social nem sempre (ou quase nunca) é parecida com o nome fantasia da emissora, pegou-se a lista, pesquisou-se na internet e eliminando as diversas emissoras e retransmissoras comerciais, até ficarem só as que possivelmente eram foco da pesquisa.

A lista da Amirt era incompleta, pois só haviam os dados das afiliadas da entidade. No entanto, em comparação com a lista anterior, foi-se confirmando as que havia dúvidas sobre sua configuração e acrescentando outras que, porventura, haviam escapado da primeira triagem. A maioria das emissoras não tem páginas na internet e, quando há informações na rede, são em lugares sem uma credibilidade determinada, mas que podiam, ou confirmar, ou indicar os contatos com a TV.

Por outro lado, não é por ser do principal órgão fiscalizador e regulador das TVs que a lista da Anatel é totalmente confiável. Sequer estava atualizada. Foi possível encontrar emissoras que tiveram sua outorga cassada pelo Ministério das Comunicações, mas que permaneciam na lista.

Por fim, foi possível listar 68 emissoras de televisão educativa que, embora certamente não represente todas as TVE do estado, é um número significativo e que oferece a oportunidade de ter uma abrangência que possa contribuir com os objetivos da pesquisa.

Fica, no entanto, a má impressão de que as TVE brasileiras vivem dentro de uma caixa preta, sem se saber quem são, onde estão, quais os seus donos e meios de contato e, conseqüentemente, o que andam fazendo com as outorgas que lhes foram emprestadas pela Nação.

Com a palavra, as TVE

Estão previstas algumas rodadas de tentativas de aplicação de questionários semiestruturados com os produtores das TVE mineiras em busca de informações sobre a

atuação da emissora com as escolas locais. A captação de dados não foi tarefa facilitada pela lista, uma vez que, mesmo tendo como fonte a Anatel e Amirt, havia telefones que não existiam, não atendiam e ou simplesmente com número errado. O que só reforça a impressão da ‘caixa-preta’ referida no parágrafo anterior. E quando conseguia-se falar na emissora, duas realidades se apresentavam: as pessoas que atendiam o telefone eram sempre simpáticas, diferente de algumas que eram responsáveis pela programação. Neste caso, não se pode atribuir ao mineiro uma desconfiança genética, haja vista o primeiro contato, mas ao histórico nebuloso das TVE mineiras, o que pode explicar, embora especulativamente, ressalvas sobre quem se propõe a conhecer mais aquela emissora.

Na primeira rodada, nas emissoras que atenderam, estabeleceu-se três práticas: a) conseguia aplicar o questionário naquele momento, com o diretor ou o programador da emissora; b) pedia-se para ligar posteriormente, agendando ou tentando em um horário de maior disponibilidade daquele que deveria passar as informações e c) a equipe da TV pedia que enviasse um e-mail com as questões. Quando se citava o tempo de entrevista, aproximadamente 10 minutos, a grande maioria dos entrevistados diziam que não podiam responder naquele momento e pediam para enviar por e-mail, ou retornar mais tarde. No entanto, esta alternativa se tornava um buraco negro: os supostos responsáveis por responder, não respondiam, mesmo que houve nova ligação cobrando. Com isso, de aproximadamente 15 emissoras que pediram para enviar o questionário por e-mail, houve apenas uma resposta até o fechamento deste artigo. Certamente, será preciso rever as estratégias de captação de dados para a segunda rodada.

Assim, este trabalho de pesquisa encontrava-se em plena atividade. No entanto, já é possível ver uma tendência de respostas que, posteriormente, poderá ser confirmada com a entrada de novas participações.

Um bom exemplo é a constatação que *nenhuma* das emissoras que respondeu tem algum projeto formal com alguma escola local. Essa, no entanto, é uma visão crítica, talvez até exagerada, destes pesquisadores, imaginando que, para tal, seria preciso uma proposta onde as duas instituições, TV-Escola, formassem, administrassem e colhessem resultados em conjunto, em um processo de mão dupla. Porque, na opinião dos produtores das TVE, quando perguntados se tinham algum trabalho junto às escolas, a maioria disse que sim, uma vez que a TV faz uma cobertura jornalística regular dos eventos escolares. Em menor número, mas com uma frequência significativa, os produtores relatam que outra importante

atividade são as visitas guiadas à emissora, de preferência mostrando “como se faz um programa”.

Perguntados se se consideram emissoras educativas, há uma unanimidade na resposta afirmativa. As justificativas variam, desde não exibem comerciais (“só alguns apoios culturais”), retransmitem programas de redes educativas e apoiam a comunidade, mais especificamente na produção de um telejornalismo local. Acreditam que fazem programas educativos, em especial seus telejornais. O conceito, então, de educativo para essas emissoras, passa pelo bem que porventura possam estar fazendo à população, por exibirem reportagens locais, informando sobre os acontecimentos, sobre a comunidade, a cultura e o talento local, as políticas públicas e os cuidados com a saúde.

Como se vê, não é um conceito totalmente equivocado de educação, se pensarmos como a prática social que está sempre nos convidando a mudar, afinal, “se não houvesse nada para mudar não haveria nada para educar” (Vigotski, 2001, p.140). Mas certamente vê a educação como uma mão única, instrucional e normativa, conveniente para aqueles que se colocam como os educadores que levam a educação àqueles que precisam ser educados. Mas é cedo para julgar as TVs. Basta caminhar pelos currículos escolares e pelas salas de aula que essa não é uma visão única – de boa ou má fé – dos produtores das emissoras educativas.

Bons exemplos

Certamente, como disse Alexandre Dumas, “toda generalização é perigosa, inclusive esta”⁶. Há algumas emissoras (assim como muitas escolas) que tentam fugir da maldição de uma educação de mão única. No início do processo de pesquisa, houve uma visita exploratória a duas emissoras educativas que, convenientemente para os recursos deste trabalho, encontram-se na mesma cidade no interior de Minas. Sabia-se, de antemão, que essas TVs tinham projetos com escolas. Nenhuma delas ainda haviam respondido ao questionário e seus exemplos ficaram de fora da análise anterior.

Em um dos programas de uma dessas emissoras, o objetivo era mostrar, através de minidocumentários, pessoas que também são consideradas patrimônios daquela cidade. As pessoas são escolhidas após uma oficina de educação patrimonial oferecida à alunos do

⁶ In: JORDAN, Max. *Beyond All Fronts: A Bystander's Notes on this Thirty Years War*", The Bruce Publishing Company, 1944, p. 366. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=8_CAAAAMAAJ&q=All+generalizations+are+dangerous,+even+this+one+1944&dq=All+generalizations+are+dangerous,+even+this+one+1944&hl=pt-BR&sa=X&ei=vBdqVPXNEYaggwToy4CAAg. Acesso em 15 jul. 2015.

ensino fundamental das periferias que, ao fim da atividade, realizam uma dinâmica para identificar quem são os sujeitos patrimônios da sua comunidade. Foram identificadas nove pessoas e já foram gravados cinco programas. O programa não divulga a participação dos alunos no processo de seleção das pessoas patrimônios.

Um outro programa pretendia-se ser infantil e trabalhava no sentido dos ditados populares com as crianças das escolas públicas e particulares. Cada vídeo era gravado em uma escola diferente com alunos dos anos iniciais do ensino fundamental e também da educação infantil. O projeto também proporcionava aos alunos a oportunidade de interagir com os equipamentos de filmagem da TV.

Um terceiro projeto tem a proposta de ensinar estudantes do 8º e 9º ano como fazer um jornal televisivo, mas, diferente de apenas mostrar, faz com que os estudantes construam seu próprio telejornal. Estava sendo executado apenas com a escola mais próxima à TV, para conveniência de ambas as instituições. Eles aproveitam o contra turno das aulas e iam até a emissora para aprender todo o processo de produção de reportagens, com aulas teóricas e práticas. Na ocasião, eram 12 alunos participando do projeto, sendo que, ao passarem para o ensino médio e mudarem de escola, outros alunos seriam selecionados para as vagas. O projeto ainda estava na fase piloto, mas já havia produzido dois telejornais.

O programa é uma ação da mantenedora da TV, desenvolvido com o apoio da prefeitura. A mantenedora cobre os gastos dos alunos com lanche e, quando preciso, condução. Em depoimento à pesquisa, a responsável pela mediação entre a escola e a TV comentou que o projeto tinha sido um sucesso e o retorno era muito positivo. Existe na escola fila de espera de alunos que têm interesse em participar e outros alunos que ingressaram no ensino médio com interesse em dar continuidade, mesmo estando em outra escola.

O trabalho do projeto era acompanhado de perto pela pedagoga da escola que avaliou o desenvolvimento dos alunos, observando amadurecimento e comprometimento dos alunos que antes tinham alguma dificuldade pedagógica na escola. A equipe pedagógica avalia que o projeto dá uma bagagem cognitiva aos alunos em todos os sentidos e citou o caso de um aluno com dislexia e que na escola era alheio e chorava muito por causa da sua condição, mas que desde que iniciou o projeto se sente mais confiante, sociável e desenvolveu habilidades como a edição de vídeo e de cinegrafista.

Considerações Finais

A pesquisa, em andamento, quer ter alguns resultados concretos. Elenca-se uma série de produtos que poderão ser úteis:

- Mapeamento das televisões educativas mineiras e sua atuação em seus municípios enquanto concessionários de uma outorga educativa.
- Conhecer a real distância ou proximidade das propostas educativas das emissoras com as escolas públicas em Minas Gerais.
- Elaboração de um estudo que poderá servir de referência para:
 - Documento a ser enviado para escolas e TVE com o resultado da pesquisa;
 - Orientação para as TVE mineiras e brasileiras para elaboração de projetos educativos em conjunto com a rede escolar dos municípios onde chegam seus sinais;
 - Orientação para as escolas mineiras e brasileiras para elaboração de projetos em parceria com as TVE;
 - Base para um estudo nacional sobre a televisão educativa brasileira a partir de suas interações com as escolas;
 - Referência para futuros estudos sobre a televisão educativa pela ANATEL e Congresso Nacional visando Propostas de projetos de lei que possam aprimorar o uso das TVEs em benefício da educação;
 - Página na Internet com o projeto, com sua evolução e dados disponíveis. Após o encerramento da pesquisa, a página permanece servindo de referência para as escolas e TVE na divulgação de projetos e troca de experiências, com instrumentos como vídeos, *chats*, fóruns, depoimentos, modelos e metodologias, bibliografias e calendário;
 - Regulamento para um prêmio às TVE que se destacam nas interações com as escolas.

Por fim, é fundamental lembrar que a legislação não determina que as emissoras educativas tenham que ter relacionamentos institucionais com as escolas. Aliás, a diferença entre ser educativa e comerciais refere-se apenas na questão da gestão: sua fonte de financiamento não pode ser a venda dos espaços publicitários e sua mantenedora deverá ser

o Estado, uma instituição de ensino superior ou uma fundação sem fins lucrativos⁷. Portanto, o que se solicita a partir desta pesquisa não é o cumprimento de uma obrigação legal, mas de uma obrigação moral. As escolas, igualmente marginalizadas como as TVE na mídia em geral, deveriam encontrar nelas a voz para se posicionar perante a sociedade. Com isso, no mínimo, justificariam concretizar as TVE como apoio à sua atividade educativa, papel determinado, se não pela legislação, mas pelo bom uso ético da palavra “educativa”.

REFERÊNCIAS

CAPARELLI, S. **Televisão e Capitalismo no Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 1982.

CARMONA, B. *et al.* **O desafio da TV pública**: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade. Rio de Janeiro: TVE Brasil, 2003.

LEAL FILHO, L. **Atrás das câmeras**: relação entre cultura, Estado e televisão. São Paulo: Summus, 1988. (Novas buscas em comunicação; v.29)

LEITE, M. Diretrizes e características de programação: teleducação. In: DE CARLI, Ana Mery Sehbe, TRENTIN, Ary Nicodemos (org). **A TV da Universidade**. Caxias do Sul: UCS, 1998. (p. 59-63)

LIMA, J. C. **Uma história da TV Cultura**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Cultura – Fundação Padre Anchieta, 2008.

MILANEZ, L. **TVE**: cenas de uma história. Rio de Janeiro: ACERP, 2007.

RODRIGUES, E. **O traço da Cultura**: O desafio de ser ombudsman da TV Cultura, a emissora mais festejada e menos assistida do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio, Reflexão, 2015.

VALENTE, J. Sistema Público de Comunicação no Brasil. In: **Sistemas públicos de comunicação no mundo**: experiências de doze países e o caso brasileiro. São Paulo: Paulus, Intervezes, 2009. – (Coleção Comunicação)

VIGOTSKI, L.S. **Psicologia Pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. – (Psicologia e pedagogia)

⁷ Portaria MC nº 355, do Ministério das Comunicações, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 13 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/portarias/25701-portaria-n-355-de-12-de-julho-de-2012>,. Acesso em 15 jul. 2015.